



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

---

**Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política.**

**Método e conhecimento em Marx: crítica ontológica ao pensamento burguês**

**Elton Luiz da Costa Alcantara<sup>1</sup>**

**Resumo:** Compreende-se que a teoria social marxiana surge como crítica ontológica à sociabilidade regida pelo capital e suas determinações, inclusive no âmbito do conhecimento. Marx, em colaboração com Engels, funda um tipo de pensamento cujo veículo ontocrítico entra em rota de colisão com o modo de pensar burguês. Este, após sua “decadência ideológica”, está subordinado a um padrão gnosiso-epistêmico dentro do qual o conhecimento é, tendencialmente, reduzido cada vez mais a um metodologismo, fragmentado em disciplinas particulares e cada vez mais instrumentalizado em prol da ordem do capital em sua lógica autoexpansível, elaborando métodos próprios para cada objeto que reclamam como pertencentes aos limites de suas áreas, em que Durkheim e Weber são exemplares, guardadas as respectivas diferenças.

**Palavras-chave:** Método. Conhecimento. Marx.

**Method and knowledge in Marx: ontological critique of bourgeois thought**

**Abstract:** It is understood that Marxian social theory emerges as an ontological critique of sociability governed by capital and its determinations, including in the field of knowledge. Marx, in collaboration with Engels, finds a type of thought whose ontocritical vehicle collides with the bourgeois way of thinking. This, after its “ideological decay”, is subordinated to a gnosiso-epistemic pattern within which knowledge is, tendentially, increasingly reduced to a methodology, fragmented into particular disciplines and increasingly instrumentalized in favor of the order of capital in their self-expanding logic, developing their own methods for each object they claim as belonging to the limits of their areas, in which Durkheim and Weber are exemplary, keeping their respective differences..

**Keywords:** Method. Knowledge. Marx.

**INTRODUÇÃO**

Esse trabalho é produzido a partir de reflexões originadas em disciplinas do Mestrado e no desenvolvimento da dissertação. Pretende-se, aqui, tecer considerações acerca da “resolução metodológica” que fundamenta a construção do conhecimento em Marx, ainda que poucos escritos tenham sido produzidos pelo autor sobre método e metodologia. Para tal, recorrer-se-á à própria textualidade marxiana, em confronto com pensadores como Weber e Durkheim, apoiada por autores marxistas que compreendem

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/UFU) e Assistente Social no DMAE-Uberlândia. E-mail: eltonluizcosta@gmail.com.

que Marx não formulou um método como modelo apriorístico, apartado da realidade, ou com os passos a serem dados para uma adequada “investigação sociológica”.

Demonstraremos que seu veículo ontocrítico entra em rota de colisão com o característico modo de pensar burguês, que, após sua “decadência ideológica”, está fundamentalmente subordinado a um padrão gnosiso-epistêmico dentro do qual o conhecimento é, tendencialmente, reduzido cada vez mais a disciplinas particulares, à fragmentariedade, e instrumentalizado em prol da ordem do capital em sua busca autoexpansiva.

Nesse sentido, o debate em torno do método é essencial no âmbito da construção do conhecimento, sendo tratado, ao longo da história, por distintas filiações teórico-políticas, dentre as quais destacamos aquela oriunda de Karl Marx. Da tradição inaugurada pelo pensador da Renânia, no decurso dos mais de 150 anos posteriores à primeira publicação de sua *magnum opus* – O Capital –, embates de peso têm centrado a questão em tela, com divergências nada desprezíveis. Não cabe aqui, porém, sequer traçar um esboço geral desses enfrentamentos, pois pretende-se, mormente, tecer algumas considerações que visualizamos como fecundas para delinear fundamentos da existência ou não de um método na construção da teoria social marxista, e, caso haja, de que forma tal arcabouço se alicerça.

## 1 DESENVOLVIMENTO

### 1.1 O capitalismo e a decadência ideológica burguesa

Há, pelo menos, dois séculos, a forma predominante pela qual o gênero humano se reproduz é a capitalista, condição que implica em determinações fundamentais para compreender qualquer aspecto do ser social nesse momento histórico. Nesse sociometabolismo específico, as relações sociais são moduladas por meio da troca de mercadorias, as necessidades são criadas e respondidas sob a centralidade do mercado, o ser humano precisa se submeter a certas relações que não são criadas por ele, mas que estão postas desde o momento em que nasce, aparentando ser naturais, eternas, perenes, sem historicidade<sup>2</sup>. No cerne dessas relações está o nó

---

<sup>2</sup> Como diz Marx (2011a): “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas

górdio, o fundamento da sociabilidade: a *exploração*.

Nesse sentido, “o trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho” e, conseqüentemente, “o produto [do trabalho] é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador” (MARX, 2017, p. 262). Ou seja, o processo de trabalho, inerente à condição humana, característica ontológica do ser social, e, portanto, à sua reprodução enquanto tal, na sociabilidade capitalista é metamorfoseado em produção e reprodução de capital por meio da produção de valor e extração do mais valor, que é o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista e incorporado à circulação de capital, ampliando-o.

Baseando-se nos fundamentos da produção material da sociedade capitalista que se constituirá uma forma privilegiada de compreender o mundo, explicar suas determinações e fomentar a construção do saber dos homens. À burguesia nascente, que lutava contra a feudalidade para se efetivar como potência social e orientar os vetores da realidade em prol de seus interesses, correspondia determinados *modus pensandi* que visavam “lançar luz” sobre as “trevas” do medievo – não à toa tal movimento teórico ganhou a alcunha de *Iluminismo*.

Ocorre, porém, com a afirmação da dominância da classe capitalista no poder, uma “viragem” essencial no pensamento burguês<sup>3</sup>, considerada como um processo de *decadência ideológica* (LUKÁCS, 2016). Disso, derivam certas características que passam a ser hegemônicas, como: a fixação à superfície e à aparência das coisas, a tendência à evasão diante dos problemas sociais e um torvo ecletismo. Triunfa um pobre relativismo e um subjetivismo como concepção hegemônica e, as críticas endereçadas por Marx à decadência ideológica concentram-se em trazer luz ao espírito pequeno-burguês que se restringe às flores murchas da retórica superficial e pomposa, incapaz de colocar em confronto as convicções subjetivas com a realidade objetiva.

---

lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (p. 25)

<sup>3</sup> Segundo análise presente em Coutinho (2010), há uma distinção entre o pensamento burguês correspondente ao período em que o capitalismo ainda não era a forma social dominante – bem como a burguesia estava em processo de ascensão – e aquele que se relaciona a um momento de substancialização do polo capital/trabalho como fundamento de um modo de produção.

Destarte, não significa afirmar que o período anterior de uma tradição progressista estava imune às deformações ideológicas e posições favoráveis à ordem capitalista, mas nele ainda persistia a busca por uma representação científica da realidade, sendo abandonada *a posteriori*, ainda que inintencionalmente. Ademais, essa visualização da incapacidade de avançar rumo à essência das coisas não se constitui em análise moralista, simplesmente atribuindo um mau-caratismo às personalidades burguesas ou a uma direta intencionalidade de classe, mas se liga aos traços regressivos da própria formação econômica burguesa cuja práxis humana se objetiva contra os próprios homens de maneira *reificada*, isto é, como estrutura específica da alienação que se engendra na sociedade burguesa instituída (COUTINHO, 2010; NETTO, 2015).

Segundo Lukács (2016):

O fato de a decadência ideológica não levantar problemas fundamentalmente novos advém de uma necessidade social. Suas questões essenciais, assim como os do período clássico da ideologia burguesa, são respostas aos desafios postos pelo desenvolvimento social do capitalismo. A diferença consiste “meramente” em que os ideólogos mais antigos deram uma resposta honesta e científica, ainda que incompleta e contraditória, ao passo que a decadência escapa covardemente de articular em voz alta o que existe e mascara essa fuga como “cientificidade objetiva” ou como matéria interessante de cunho romântico. Em ambos os casos, ela é, em essência, acrítica, atendo-se à superfície dos fenômenos, à imediatez, e interliga de forma eclética fragmentos de ideias contraditórias. (LUKÁCS, 2016, pp. 110-111)

O fenômeno aludido acaba sendo o solo fertilizante das disciplinas que surgem nesse ínterim, dentre as quais podemos situar a *Sociologia*; mas também determinando aquelas já existentes, como a História e a Economia – que Marx já direcionava críticas, apontando para a transmutação dessa área do conhecimento de Economia Política para *Economia Vulgar*, limitando-se a ser uma cornucópia de mercenários, espadachins a serviço do capital, abandonando inclusive os avanços no desvelamento da realidade até então conquistados.

O conhecimento sobre a realidade passa a ser tomado de maneira fragmentada, em disciplinas específicas que apenas dialogam externa e formalmente, elaborando métodos próprios para cada objeto que reclamam como pertencentes aos limites de suas áreas.

É verdadeiro o fato de que a moderna ciência social burguesa não conseguiu ir além da especialização tacanha, mas as razões encontram-se [...] no tipo, na tendência do desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa causou nelas uma mudança tal que já não são capazes de concatenar umas com as outras, o estudo de uma já não promove a compreensão aprofundada da outra. A especialização mesquinha se converteu em método das ciências sociais. (*idem*, p. 113).

E, logo em seguida, aponta:

Sobre essa base ideológica e metodológica, está claro que o trabalho do economista, o do sociólogo e o do historiador nada mais têm a ver um com o outro, tornando-se incapazes de prestar qualquer ajuda concreta entre si ou de promover-se reciprocamente. (*idem*, p. 114).

Para melhor visualizar a questão tematizada, tomemos dois autores clássicos das ciências sociais que ilustram bem a argumentação, quais sejam: Durkheim e Weber. Vamos apontar sumariamente suas considerações metodológicas para fins de contraste e melhor captação das distinções destes com a elaboração marxiana.

Émile Durkheim (1858-1917) foi legatário de Auguste Comte (1798-1857), este responsável por proporcionar os pilares fundacionais da corrente teórica denominada *positivismo*, enquanto aquele tomou estas formulações dando robustez a tal pensamento. Foi responsável, inclusive, pela criação da primeira cadeira de Sociologia em solo francês, trazendo para si a preocupação e a responsabilidade em proporcionar um caráter científico às ciências sociais, inspirado nos caminhos das ciências da natureza.

Fica nítida a preocupação de Durkheim, na busca por dar substância à cientificidade sociológica, em formular cuidadosamente *as regras do método sociológico* - título de seu livro publicado em 1895. Nessa obra, expõe como devem ser estudados os chamados “*fatos sociais*”, tomando-os como “*coisas*” - *anteriores*, *exteriores* e *coercitivas*. Intentará depurar tais fatos daqueles que seriam de outra natureza que não a social (psicológica, artística, biológica, etc.), donde redundava a necessidade de uma ciência própria, nova, para tratar de analisá-los, essa que é a sociologia.

Caberá ao sociólogo, portanto, analisar os fatos sociais, extraindo *leis gerais* que permitam estabelecer relações de *causa* e *efeito* entre eles, ao modo típico das ciências naturais, por meio da aplicação de um “*método positivo*”, livre das influências “ideológicas”, das “prenoções” e dos “preconceitos”, ou seja, sem a interferência de

*juízos de valor*. O pesquisador, nas considerações de Durkheim, deverá se portar de modo *neutro* na investigação da realidade. Classifica, nessa esteira, os fatos sociais em *normais* ou *patológicos*, considerando a sociedade analogamente a um *corpo orgânico*, no qual cada órgão tem uma *função* necessária que precisa exercer para manter o conjunto do organismo em funcionamento, com o risco, caso contrário, de entrar em um estado de *anomia social*, colapsando.

Há, portanto, nessa concepção, um inequívoco conservadorismo que o próprio autor irá afirmar:

Nosso método, portanto, nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até *essencialmente conservador*, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade. Bem mais perigosa é a doutrina que vê neles apenas o produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, num instante, subverter de cima a baixo. (DURKHEIM, 2007, p. XIII – grifos nossos)

Claro está que, para ele, o indivíduo em nada pode (sequer deve) influenciar para uma mudança da realidade de maneira global, e as tentativas operadas nesse sentido poderiam levar a sociedade ao dilaceramento de seus laços orgânicos. Assim, a sociedade não deverá alterar seu curso natural, estando os sujeitos fadados à sua invariabilidade. Daqui decorre uma supressão das possibilidades de escolhas dos indivíduos pelos rumos de suas vidas em sociedade, colocadas dentro de seus estreitos limites.

Max Weber (1864-1920), por sua vez, traz a questão a partir de outro elenco de considerações, no qual o indivíduo não é anulado, nem o cientista social precisa escamotear seus valores *a priori*. Sendo fundador do que chamou de *sociologia compreensiva*, buscará estudar os tipos de *ação social* (definidas quanto a fins, valores, afetivas e tradicionais). A partir do pensamento de Dilthey (neokantismo), para quem a compreensão, própria às ciências humanas, busca extrair o sentido das ações humanas - que se apresenta na experiência do investigador, podendo ser empaticamente apreendidos na experiência dos outros -, Weber instituirá o que concebe ser o objeto da sociologia, estudado a partir do *método compreensivo*. Busca-se, dessa feita, “compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2015, p. 03), de modo que, realizadas por

indivíduos, ou “agentes”, relacionalmente, são motivados a partir de valores, de onde advêm seus sentidos próprios.

Fica evidente, na proposta metodológica de Weber, um caráter tanto relativista quanto subjetivista na construção do conhecimento, na medida em que outorga ao sujeito que pesquisa a escolha, por meio de seus valores, de qual parte do real será recortada, considerada independente de sua maior ou menor relevância no conjunto da realidade. Ademais, ao propor a construção de *tipos ideais*, o pensador alemão vai defender o erigir de formas típicas autonomizadas do processo real concreto, que poderão ser utilizadas como referência em qualquer tempo histórico ou espaço geográfico. O tipo ideal, por conseguinte, não precisa ter lastro real, a ciência social serve-se dele apenas para uma compreensão das ações sociais.

Apesar disso, Weber não será defensor de um irrefreável relativismo sem uma verdade. Para ele, a verdade se dá em decorrência dos modelos típico-ideais serem válidos em qualquer tempo e espaço. Assim sendo, “a administração científica da prova no domínio das ciências sociais, se quiser atingir seu objetivo, deverá ser admitida como correta também por um chinês” (WEBER, 2006, p. 23). Nesse diapasão, ainda que considere como indispensável o aspecto valorativo do cientista social e na classificação das próprias ações sociais, defenderá que estas sejam classificadas na “objetividade” que lhes seria própria, inclusive não podendo retirar desta investigação consequências práticas em favor de uma das variáveis existentes.

Do presente exposto, percebe-se, a despeito das distinções fundamentais e até inconciliáveis, um ponto de convergência crucial entre as duas perspectivas (positivista e compreensiva): a necessidade de uma abordagem neutra na investigação científica sobre a realidade, em que os valores próprios do pesquisador não interfiram no desenvolvimento de uma dada pesquisa e muito menos que, da ciência, sejam derivadas ações prático-políticas (LÖWY, 2013, p. 45).

Retomamos, a partir disso, as indicações lukacsianas acerca da decadência ideológica, que alimenta a própria raiz da qual esses pensadores ergueram suas vastas teorias. Diz-nos o seguinte:

[...] a nova ciência do período da decadência, a sociologia como ciência própria, vem do desejo dos ideólogos burgueses de conhecer a legalidade e a história do desenvolvimento social *separadas da economia*. A tendência objetivamente apologetica desse desenvolvimento é manifesta. Após o

surgimento da economia marxiana teria sido impossível ignorar a luta de classes como fato fundante do desenvolvimento social, caso estudassem as relações sociais a partir da economia. Para escapar dessa necessidade, a sociologia emergiu como ciência autônoma, e quanto mais ela elaborou seu método específico, tanto mais formalista se tornou, tanto mais substituiu a investigação dos nexos causais na vida social pelas análises formalistas e inferências analógicas vazias. (LUKÁCS, 2016, p. 113)

## 1.2 Método e conhecimento na teoria social de Marx

O sistema de Marx, por seu turno, nascendo como uma declaração de guerra teórico-política ao *trabalho assalariado* consubstanciado pelo *capital*, é fundado a partir das bases reais onde se encontra a relação de *exploração* que vincula, em unidade contraditória, burguesia e proletariado, e, por consequência, da inevitabilidade dos embates engendrados entre esses dois antagonistas, as *lutas de classes*, que giram a roda da nossa história. Objetivando a transformação revolucionária da sociedade, Marx se apropria criticamente de certos referenciais, daquilo que de mais avançado havia sido desenvolvido pelo pensamento europeu ocidental à sua época, que podemos identificar em torno de três pilares fundamentais: a *filosofia alemã*, o *socialismo francês* e a *economia política inglesa* (LENINE, 1982, p. 35).

Em um processo crítico a tais concepções, Marx elabora uma perspectiva teórica de cunho ontológico-materialista, na medida em que esta é, para ele, “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). A empreitada pela qual dedicou a vida – desvelar os fundamentos dessa sociabilidade para transformá-la radicalmente – permitiu uma certa construção metodológica, ainda que poucas páginas tenham sido sistematizadas específica e explicitamente ao método. Entendemos, destarte, que é possível dizer que há no conteúdo da obra de Marx uma “*resolução metodológica*”, se, e somente se, compreendê-la subordinada a um “*estatuto ontológico*”.

Disso, destacamos duas questões que estão interligadas: 1) Tais fundamentos não redundam em um metodologismo na obra marxiana, na verdade infirmam tal viés; 2) A própria falta de preocupação em trazer escritos elaborados sobre método (como fizeram pensadores como Descartes, Bacon, Durkheim, Weber, etc.), aponta para uma perspectiva que, antes de querer estabelecer quaisquer “regras para se conhecer”, considera prioritário captar as determinações essenciais que ofereçam uma



compreensão aprofundada da realidade a partir de suas próprias legalidades, reproduzidas em forma de *categorias*.

Reiteramos que Karl Marx não elabora, ao modo de Durkheim e Weber, uma série de pressupostos que definem *a priori* como o sujeito que pesquisa deve se portar para ter uma garantia da correção de suas conclusões *de per se*, muito menos autonomiza os campos do conhecimento, visto que parte de uma *perspectiva de totalidade*. Conforme aponta Netto (2011), o pensador originário da Renânia terá como problema central de pesquisa “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada do modo de produção capitalista” (p. 17). Será, portanto, a partir da preocupação em captar as determinações fundamentais da sociedade capitalista que Marx desenvolverá, ao longo de 40 anos de estudos, o que podemos caracterizar como o método marxiano, alicerçando toda a sua teoria social.

Percebe-se cristalinamente a distinção entre o propósito deste e dos pensadores anteriormente abordados. Para Marx, não só é possível tirar consequências práticas da investigação do real, como somente uma abordagem que parta do ponto de vista do proletariado e se desenvolva a partir dessa vinculação tem a possibilidade de ser amplamente fecunda. Isso não significa, todavia, que há uma relação imediata entre aproximação ao proletariado e veracidade científica, cabe aí uma série de mediações e construções incontornáveis para o estudo do real.

Nosso autor parte do princípio de que é da realidade material de onde provêm as determinações fundamentais da totalidade concreta e, conseqüentemente, de onde deve partir a elaboração teórico-metodológica, apoiando-se sobre os fundamentos do ser social, com suas características históricas, ontogenéticas, fundadas sobre a materialidade da vida e tendo como categoria fundante o trabalho.

Assume-se, então, que há uma profunda relação do conhecimento social com a dimensão ontológica do trabalho, na medida em que este é compreendido enquanto “modelo de toda práxis social” (LUKÁCS, 2013, p. 82). Na busca por satisfazer suas necessidades (comer, beber, morar, vestir, reproduzir), o ser humano engendra uma série de atos orientados no sentido de buscar atendê-las. Para tal, colocar-se-ão suas forças, energias e conhecimentos voltados à “produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material”, considerada “o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Eis que o

trabalho é o ato fundante do ser humano, promovido pela transformação ativa do ambiente no qual está inserido.

Ao dar respostas às causalidades que o circunda e pelas quais é determinado, o ser humano produz um certo conhecimento sobre a realidade, com distintos níveis e diferenciados graus de complexificação<sup>4</sup>, que pode ser mais ou menos correto na captação das legalidades essenciais do objeto em questão. No sentido então exposto, há uma relação umbilical – ainda que nem tão direta e imediata – entre o trabalho no seu aspecto ontológico e a produção do conhecimento pela humanidade, que historicamente se configura de diferentes modos. O trabalho vai ser veículo tanto da busca de correção das respostas que o homem dá aos fenômenos ao seu redor, quanto do acúmulo de conhecimento da humanidade<sup>5</sup>.

Essa indicação é fundamental para compreender que não há uma subordinação necessária do conhecimento à transformação imediata da realidade. Todavia, ainda assim, não é possível compreender o conhecimento sem relacioná-lo à forma como os homens se organizam socialmente sobre a base fundante que é o trabalho. Na busca de atender às necessidades dos indivíduos sociais ali situados, ergueram-se diversas formas particulares de organização social, a exemplo das classes sociais, do Estado, da família, uma certa divisão social do trabalho, dentre outras.

Nesse diapasão, temos o seguinte em Marx e Engels:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser

---

<sup>4</sup> Ou seja, pode ser um tipo de conhecimento vinculado seja ao nível mais imediato, prático-empírico – como, por exemplo, saber cortar uma madeira –, ao mais abstrato, teórico-especulativo – como a formulação de explicações sobre o movimento de corpos celestes, sobre a Ética, a Estética, etc..

<sup>5</sup> Para melhor visualizar, vale a alusão ao filme *2001: uma odisséia no espaço* (dirigido por Kubrick e lançado em 1968), em que se realiza uma analogia do desenvolvimento científico da humanidade por meio da simbologia da descoberta do uso de um dado instrumento, um osso, para um primata atacar seu inimigo e o lançamento de um foguete com seres humanos ao espaço.

consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 2007, pp. 93-95)

Esse é um princípio materialista, que compreende que existe uma base material a partir da qual se ergue o edifício ídeo-político exposto, v.g., no Estado e demais complexos ídeo-culturais. Tal consideração, se lida de maneira simplista, pode levar a determinismos e mecanicismos os mais variados (como já ocorreu historicamente), porém, é necessário perceber que essa base material, o conjunto de relações econômicas onde se produz a vida, exerce uma influência primordial, porém não imediata, mas mediada pela diversidade de relações sociais. Necessita-se, nesse sentido, na análise de um determinado fenômeno social, compreendê-lo em sua totalidade, captando tanto as singularidades quanto a universalidade expressas nele, sem tentar “encaixá-lo” em modelos analíticos pré-formatados.

No desenvolvimento de seu constructo ideal, o ponto de partida de Marx será sempre a concreto real, o que realmente existe e é perceptível aos olhos de qualquer observador. É a realidade cotidiana que fundamenta seu pensamento, mas como ponto de partida, como viagem “de ida”. A partir da aparência do mundo busca-se atingir a essência das coisas, a essência do objeto que se pesquisa, a verdade constitutiva do real que não está dada no imediato. Isso ocorre pelo processo de análise, permitindo alcançar as determinações mais simples possíveis na realidade. Esse é um processo de separação das partes que só ocorre no âmbito do pensamento, da intelecção.

[...] se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. (MARX, 2011b, p. 54)

Em outras palavras, da análise do concreto real, este ainda apresentado de forma desorganizada ao pesquisador, são obtidos elementos cada vez mais simples, abstraídos das relações concretas única e exclusivamente pelo pensamento. Porém, para não cair em abstrações vazias de conteúdo, em tipos ideais válidos em qualquer realidade, é indispensável reconectar tais elementos à realidade correspondente, que agora pode ser visualizada nas suas múltiplas e interligadas correlações, em um “complexo de complexos”.

Para que não fiquemos nos limites dos economistas políticos na descoberta da realidade, acabando por cindir as categorias da sua base concreta, reificando-as<sup>6</sup>, é necessário passar ao segundo procedimento após a abstração da realidade, o caminho “de volta”, o processo de síntese, de reconstrução daquela realidade antes caótica e que foi abstraída, tornando-se um concreto pensado. Dessa maneira, agora encontra diante de si um objeto “desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (*ibidem*).

Formula-se, portanto, categorias que nada mais são do que formas e determinações da existência do ser (MARX, 2011b, p. 59). São expressões de uma realidade determinada, que só pode ser corretamente compreendida no interior de uma concretude e historicidade precisas e, ainda que sirvam de chave de leitura em outros contextos, não podem ser forçadas sobre estes, embutindo *tout court* a realidade na categoria.

Assim, na perspectiva marxista, a realidade deve ser observada naquilo que ela é, não no que o pesquisador arbitrariamente deseja que seja, inclusive se o objetivo é transformá-la. Marx opera com rigor e objetividade o estudo do seu objeto, o que não implica em neutralidade, pois deixa claro suas intenções em modificá-la radicalmente. Combatendo as perspectivas idealistas que vicejavam à época, e mesmo às do materialismo contemplativo feuerbachiano, tecerá uma importante reflexão sobre a problemática do conhecimento na segunda das *Teses ad Feuerbach*, de que o critério da verdade é prático (enquanto *práxis*), e as disputas sobre a justeza ou não de alguma elaboração teórica devem ser consideradas dentro desse critério (MARX, 2007, p. 533).

Nesse sentido que concordamos com José Chasin acerca da determinação social do conhecimento:

Condição de possibilidade da atividade ideal, a vida societária responde como fonte primária ou raiz polivalente pelas grandezas e falácias do pensamento. De suas formas emanam carências e constrangimentos que impulsionam ao esclarecimento ou, pelo contrário, conduzem ao obscurantismo da consciência, em todos os graus e mesclas possíveis. De suas formações, que demarcam épocas, tempos predominantes de luz e afirmação do homem, ou de sombra e negação do mesmo, ela se impõe e

---

<sup>6</sup> Quer dizer, os economistas “apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade” (MARX, 2011b, p. 58).

realiza, abrangendo todo o *gênero* em suas tendências peculiares e contraditórias. (CHASIN, 2019, p. 108).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de finalização, sem o intuito de esgotar o debate, buscamos apontar elementos que fundamentam a hipótese de que não há, em Marx, um método do feito de pensadores como Durkheim e Weber, bem como não parte de uma ótica que fragmenta a realidade em áreas de conhecimento posteriormente conectadas de modo arbitrário, como é característico do pensamento burguês decadente.

Suas implicações metodológicas só podem ser adequadamente apreciadas no interior de uma abordagem ontológica do ser social, em que a realidade antecede o pensamento, ou seja, o real precede ao ideal, e se constitui como uma totalidade concreta de múltiplas determinações, historicamente situada e fruto da ação humana em busca de satisfazer necessidades pelo *medium* do trabalho.

Além disso, com o erigir de tal edifício teórico-político, Marx não tinha como objetivo o mero (auto)esclarecimento ou a formação de uma *intelligentsia*, mas fornecer as armas da crítica à classe trabalhadora, para que esta opere uma superação do modo de produção capitalista, emancipando-se humanamente. Somente com a efetivação desse processo, que cinde com as determinações do sociometabolismo do capital, superando-o, torna-se possível eliminar definitivamente do seio das ciências o seu esfacelamento perante o real, reconectando-as em totalidade aos próprios fundamentos essenciais do ser.

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico, resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LENINE, V. I. As Três Fontes e Três Partes Constitutivas do Marxismo. *In: Obras Escolhidas. Tomo 1*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**:

**marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUKÁCS, G. **Marx e Engels como Historiadores da Literatura.** São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. O método da economia política (Introdução). *In: Grundrisse.* pp.54-64. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital.** 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e Reificação.** 2ª ed. São Paulo: ICP, 2015.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Vol. 1, Capítulo 1. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2015.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento em Ciências Sociais. *In: Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais,* número 13. São Paulo: Ática, 2006.